

GIORGIO AGAMBEN E BIOSSEGURANÇA ENQUANTO PARADIGMA DE GOVERNO: OS ALERTAS AGAMBENIANOS SOBRE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E A IMPORTÂNCIA DA REFLEXÃO FILOSÓFICA NA CONTEMPORANEIDADE

Giovanna Faciola Brandão de Souza Lima¹

Paulo Henrique Araújo²

Resumo: A presente pesquisa tem como escopo analisar como as denominadas “razões de segurança” enquanto justificadoras de medidas excepcionais e a existência de uma peste são visualizadas por Giorgio Agamben enquanto paradigmas de governo. O objetivo é demonstrar como esses dois fatores, com a pandemia do coronavírus, se uniram e se transformaram no que o filósofo italiano denomina biossegurança. Para tanto, tratando-se de pesquisa essencialmente bibliográfica, de abordagem qualitativa, serão exploradas obras de Agamben sobre seu método, textos anteriores ao COVID-19 e seus alertas acerca dos dispositivos de controle adotados no combate ao vírus. A partir disso, conclui-se pela importância da tarefa do filósofo em lançar constantemente seu olhar crítico sobre os fenômenos atuais, momentos de seu tempo e história, enquanto esta ainda está em curso.

Palavras-chave: Pandemia do coronavírus; Biossegurança; Contemporaneidade.

GIORGIO AGAMBEN AND BIOSAFETY AS A GOVERNMENT PARADIGM: AGAMBENIAN ALERTS ABOUT THE CORONAVIRUS PANDEMIC AND THE IMPORTANCE OF PHILOSOPHICAL REFLECTION IN CONTEMPORANEITY

Abstract: The present research aims to analyze how the so-called "security reasons" as justifiers for exceptional measures and the existence of a plague are visualized by Giorgio Agamben as paradigms of government. The objective is to demonstrate how these two factors, with the coronavirus pandemic, came together and became what the Italian philosopher called biosafety. To this end, in the case of essentially bibliographic research, with a qualitative approach, works by Agamben on his method, texts prior to COVID-19 and his warnings about the control devices adopted to combat the virus will be explored. From this, it concludes by the importance of the philosopher's task to constantly cast his critical eye on the current phenomena, moments of his time and history, while this is still ongoing.

Keywords: Coronavirus pandemic; Biosafety; Contemporary.

¹ Giovanna Faciola Brandão de Souza Lima - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA). Membro do Grupo de Pesquisa CESIP-Margear (CNPq) e do Filosofia Prática: investigações em política, ética e direito - FILPED (CNPq). Brasil, Belém-PA. E-mail: giovannafaciola@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1062655977381040>.

² Paulo Henrique Araújo da Silva - Graduando em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Iniciação Científica na área de Filosofia Política (PIBIC/CNPq). Membro do Grupo de Pesquisa Filosofia Prática: investigações em política, ética e direito - FILPED (CNPq). Brasil, Belém-PA. E-mail: paulohenriquesilva368@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4670640679092282>.

Introdução

Com o surgimento do novo coronavírus (COVID-19) e com a falta de uma vacina para combatê-lo, o isolamento social foi a medida quase imediatamente adotada pelos Estados a fim de evitar a propagação do vírus. Mesmo assim, os impactos da doença na China, local em que surgiu, e o fácil contágio fizeram com que os demais países adotassem severas medidas de controle e segurança: a criação de aplicativo de celular para vigiar o movimento dos cidadãos, a imposição de toques de recolher, prisão para quem se reunir em público e câmeras de vigilância com reconhecimento facial foram algumas das estratégias utilizadas para evitar que o contato e possível contaminação ocorresse. (GILBERT, 2020).

Frente a essas medidas, porém, chamou a atenção as declarações do filósofo italiano Giorgio Agamben, que logo em seu primeiro texto publicado no site *Quodlibet*³, apontou ser o coronavírus uma invenção do governo para legitimar medidas de exceção. Seu diagnóstico precipitado foi alvo de muitas críticas entre filósofos, assim como suas outras declarações que, em sua maioria, se atentaram ao isolamento social e as possíveis consequências no âmbito da política que as medidas emergenciais poderiam causar. O filósofo foi motivado pelas duras restrições à liberdade, em nome das razões de segurança, adotadas na Europa, sobretudo na Itália, contexto no qual está inserido.

Sobre isso, é importante destacar que mais de cinco anos antes do primeiro caso de coronavírus no mundo, Giorgio Agamben já se preocupava e alertava para o perigo do uso do termo “razões de segurança”, usado como argumento de autoridade para impor medidas e perspectivas que seriam inaceitáveis sem tal argumento (AGAMBEN, 2014). Inicialmente, o objetivo dessas políticas de segurança seria “prevenir os perigos, os problemas ou mesmo as catástrofes”, visando o combate de uma ameaça imediata a qual deve ser efetivamente combatida por meio da suspensão das garantias da lei por um período limitado. É essa definição que, para o filósofo, é incapaz de compreender os dispositivos de segurança contemporâneos: as “razões de segurança” constituem uma técnica de governo real e permanente (AGAMBEN, 2014).

Com o novo coronavírus e as medidas adotadas para combatê-lo, a preocupação de Agamben acerca das “razões de segurança” como estratégia para justificar a adoção de medidas de exceção ganharam destaque. Embora tenha se dedicado ao tema no livro Estado

³ Agamben possui uma sessão no referido site, onde publicou grande parte de seus textos acerca da pandemia do coronavírus, as quais, posteriormente, também foram organizadas pela Quodlibet no livro “*A che punto siamo? L’è epidemia come politica*”, publicado em 9 de julho de 2020.

de Exceção (2004), suas provocações e críticas ao *lockdown*, aos dispositivos de controle, à biovigilância, das restrições políticas e à própria liberdade do indivíduo parecem ter surpreendido e geraram polêmica, principalmente frente aos dados alarmante - que também foram objeto das análises de Agamben - que demonstravam a rápida disseminação do vírus e o aumento do número de vítimas da doença.

Nesse contexto, o filósofo não banaliza a vida e a sua segurança, mas questiona a docilidade com que os cidadãos aceitaram abrir mão de suas liberdades e das suas qualificações. Agamben alerta para a incapacidade de observação dos dispositivos de exceção implementados na Itália e em outros países para além do contexto imediato em que eles parecem operar, sendo raras as vezes em que esses dispositivos foram analisados como reflexo de um contexto mais amplo, “no qual está em jogo um novo paradigma de governo dos seres humanos e das coisas” (AGAMBEN, 2020g).

Nesse sentido, a presente investigação se propõe a analisar esse novo paradigma apontado pelo filósofo italiano. Pretende-se demonstrar como dois fatores em específico, a segurança e a existência de uma praga, representam para o poder estatal justificativas para a implementação de medidas excepcionais que tendem a se tornar permanentes. A hipótese aqui apresentada é a de que, no contexto da pandemia do COVID-19, esses dois fatores se uniram na forma da biossegurança, apresentada como um paradigma de governo em que a crise sanitária é base para a utilização de dispositivos de controle dos cidadãos e, assim, intensificar o estado de exceção como a normalidade governamental, como paradigma do poder estatal.

Esta pesquisa, por fim, é essencialmente bibliográfica, de abordagem qualitativa, e explorará, primeiramente, os textos de Agamben anteriores ao coronavírus, onde, influenciado por Michel Foucault, uma pandemia já era visualizada como justificadora de medidas de exceção. Depois, serão abordados as declarações do filósofo acerca do atual período pandêmico e seus questionamentos sobre as restrições, sobretudo políticas, impostas como medidas de combate ao COVID-19, evidenciando de que forma a biossegurança é tida, hoje, como paradigma de governo. A partir dos alertas agambenianos sobre a atual crise sanitária, por tanto, se revela a importância da tarefa do olhar crítico da filosofia sobre a contemporaneidade, demonstrando, assim, como o posicionamento de Agamben é capaz de fazer uma análise precisa sobre os fenômenos atuais, enquanto filósofo que se propõe a analisar a história enquanto ela ainda está ocorrendo.

A preocupação de Agamben com a segurança enquanto justificadora de medidas emergenciais

Antes de trabalhar as análises de Giorgio Agamben acerca do uso da segurança como justificativa para a implementação de medidas de exceção, é preciso analisar as questões envolvendo seu método, especialmente no que tange ao uso de paradigmas, haja vista ser essencial para entender seus alertas sobre o período pandêmico atual, além das teses de Michel Foucault utilizadas por Agamben. Nesse contexto, parece haver uma dificuldade em compreender a teoria do filósofo italiano, já acusado, como ele mesmo destaca em seu livro *Signatura Rerum: sobre o método* (2019), de estar apenas oferecendo teses ou tentando fazer reconstruções meramente historiográficas ao tratar de figuras como o muçulmano de Auschwitz, o campo de concentração, o homo sacer, etc, quando, na verdade, essas figuras são utilizadas pelo filósofo como paradigmas.

Se aproximando do método de Foucault, embora este nunca tenha definido o que seria, precisamente, um paradigma, Agamben esclarece logo no início do mencionado livro, que as figuras objeto de seus escritos são “fenômenos históricos positivos, mas que nelas eram tratados como paradigmas, cuja função era constituir e tornar inteligível um contexto histórico-problemático mais amplo” (AGAMBEN, 2019, p. 9). Portanto, ao tratar, por exemplo, do campo de concentração como paradigma atual, não desejava o filósofo igualar o inigualável, justamente porque a ideia de paradigma não se trata de uma “generalidade que preexiste aos casos individuais e se aplica a eles, nem algo que resulta da enumeração exhaustiva dos casos particulares” (AGAMBEN, 2019, p. 27), mas sim - numa explicação mais simplória- uma forma de conhecimento analógico, que se move de particular para particular, de singularidade para singularidade e “que, sem sair desta, transforma cada individual em exemplar de uma regra geral que nunca é possível formular *a priori*.” (AGAMBEN, 2019, p. 28).

O paradigma, portanto, neutraliza a dicotomia entre o geral e o particular e substitui a lógica dicotômica por um modelo analógico bipolar. Para Agamben, trabalhar com paradigmas é tornar inteligível determinado fenômeno ou uma série deles, cujo parentesco poderia escapar da análise de um historiador. (AGAMBEN, 2019, p. 41-42).

Posto isso, será possível, então, compreender a leitura agambeniana acerca das medidas emergenciais adotadas no atual período pandêmico e seus alertas sobre as razões de segurança como justificadoras de medidas excepcionais adotadas contra coronavírus que, aos olhos do filósofo, tomou o lugar do terrorismo como o novo inimigo a ser combatido. A

pandemia do novo coronavírus (COVID-19), como dito, foi alvo dos mais recentes escritos do italiano, quem obteve inegável destaque no debate filosófico que se iniciou a partir de sua primeira declaração, quando alegou que o vírus seria uma invenção de governo com o objetivo de estabelecer e normalizar medidas de exceção, definindo as medidas tomadas pelo governo italiano como “frenéticas, irracionais e totalmente desmotivadas” (AGAMBEN, 2020a).

É importante destacar que, além dos escritos que compõem o projeto *Homo Sacer*, Agamben, em seu texto intitulado *Como a obsessão por segurança muda a democracia* (2014), manifestou, mais de cinco anos antes do primeiro caso de coronavírus no mundo, preocupação extrema para o perigo do uso da expressão “razões de segurança”, utilizada pelos governos para definir o combate efetivo de uma ameaça imediata por meio da suspensão das garantias da lei, por um período limitado. Estes termos passaram a ser bastante utilizados para justificar as medidas governamentais de combate à pandemia do COVID-19.

Segundo Agamben, diferentemente do que se diz, as “razões de segurança” constituem uma técnica de governo real e permanente, o que pode ser visto pela extensão progressiva e permanente de técnicas como a biometria, a videovigilância e informações genéticas dos cidadãos, armazenados pelo governo em nome da lógica do “todo cidadão, enquanto ser vivente, é um terrorista em potencial”, sustentada pelo Estado e compartilhada pelos que cedem seus dados pessoais em nome de uma suposta segurança (AGAMBEN, 2014).

Agamben sustenta que a expansão da videovigilância e coleta indiscriminada da biometria, de outros dados pessoais e também de informações genéticas dos indivíduos alertam para o perigo de um controle absoluto e ilimitado. O filósofo argumenta que a expansão dos dispositivos de segurança ao redor do mundo nos faz questionar, de forma legítima, se as sociedades em que vivemos ainda são de fato democráticas e, acima de tudo, se podem ainda ser consideradas políticas (AGAMBEN, 2014).

Tais medidas revelam o desvio do poder moderno em relação à biopolítica: seguindo os escritos de Hannah Arendt em *As Origens do Totalitarismo* (1951), para Agamben, governar agora não se resume mais a exercer soberania sobre um território, mas sim – e principalmente – a controlar a vida biológica dos indivíduos, deslocando-a para o centro das ações estatais. Desse modo, a política passa a ser uma zona de indiferenciação entre o público e o privado, um espaço em que as informações privadas e neutras de cada pessoa (Agamben assim define a biometria e os dados genéticos) se tornam um veículo de identidade social

antes mesmo do reconhecimento daquele indivíduo enquanto ser político⁴ (AGAMBEN, 2014).

Posto isso, é possível vislumbrar um diálogo de Agamben com as reflexões do filósofo francês Michel Foucault, uma de suas principais influências. Na obra *Os Anormais*, especificamente na aula de 15 de janeiro de 1975, Foucault define a pandemia mais devastadora registrada pela história humana, a Peste Negra, como um evento em que “as individualidades se desfazem, em que a lei é esquecida” e, além disso, o momento em que “o poder político é exercido plenamente”. Foucault acrescenta, ainda, que a peste traz consigo o poder político e age sobre a população por meio do policiamento excessivo, atingindo o habitat, o corpo e a essência de cada um dos indivíduos (FOUCAULT, 2001, p. 43).

É influenciado pelos escritos de Foucault, que o filósofo italiano escreve, em 2006, um texto intitulado *Metropolis*, em que o autor analisa a metrópole, definida por ele como o novo tecido urbano que se funda paralelamente aos processos de transformação definidos por Foucault como a passagem do poder territorial, do *ancien régime*, da antiga soberania, ao biopoder moderno, que é necessariamente vinculado à governabilidade.

A construção dessa governabilidade no âmbito da metrópole é guiada, segundo Michel Foucault, por dois paradigmas: o da lepra e o da peste. Enquanto a lepra pauta a exclusão dos indesejáveis em nome de um modelo de cidade pura, a peste, partindo da ideia de que não é mais possível praticar a expulsão, passa a vigiar e controlar o espaço urbano, seja ele público ou privado, de modo que a população é assistida por uma série de dispositivos responsáveis por aumentar a eficácia do controle do poder (FOUCAULT, 2001, p. 54-56). Do ponto de vista do Estado, a peste se mostra como uma forma eficaz de se governar e exercer o poder sobre os indivíduos. Nas palavras do autor:

A peste é o momento em que o policiamento de uma população se faz até seu ponto extremo, em que nada das comunicações perigosas, das comunidades confusas, dos contatos proibidos pode mais se produzir. O momento da peste é o momento do policiamento exaustivo de uma população por um poder político, cujas ramificações capilares atingem sem cessar o próprio grão dos indivíduos, seu tempo, seu habitat, sua localização, seu corpo. A peste traz consigo, talvez, o sonho literário ou teatral do grande momento orgiástico; a peste traz consigo também o sonho político de um poder exaustivo, de um poder sem obstáculos, de um poder inteiramente transparente a seu objeto, de um poder que se exerce plenamente. (FOUCAULT, 2001, p. 55)

⁴ Nesse ponto, Agamben traça uma diferenciação dessa visão de política para a concepção grega do termo, que via a *polis* como um domínio distinto do *oikos*: no espaço público, reinava a liberdade promovida pela política, enquanto que no espaço privado do lar, imperava a necessidade. Essa politização ativa e irreduzível vista nos gregos converteu-se na atualidade, segundo Agamben, em uma política puramente passiva, em que “a ação e a inação, o público e o privado se desvanecem e se confundem” (AGAMBEN, 2014).

Desse modo, enquanto o paradigma da lepra reforça uma sociedade de exclusão em nome da pureza, o paradigma da peste pauta as técnicas disciplinares, definidas por Foucault como as tecnologias que permitem a passagem de uma sociedade do *ancien régime*, pautada no exercício da soberania sobre um território, para uma sociedade disciplinar, definida pelo controle da vida biológica, essa agora objeto principal da política (FOUCAULT, 2001, p. 56-58). Para Agamben, a metrópole moderna consiste na fusão, da qual já alertava Foucault, dos paradigmas da lepra e da peste. Enquanto a lepra envolve, necessariamente, divisões binárias, como doente/sadio ou louco/são, o paradigma da peste, ao contrário, tem-se “toda a complicada série de repartições diferenciais de dispositivos e de tecnologias que subjetivam, individualizam e controlam os sujeitos” (AGAMBEN, 2006). A articulação com os escritos foucaultianos, portanto, mostra que Agamben já tratava sobre a possibilidade de uma epidemia ser a justificativa para implementação de medidas excepcionais.

Os dispositivos assumem papel importante nesse contexto, pois constituem o modo pelo qual o controle será exercido. Do mesmo modo, nos chama atenção Loiane Verbicaro e Paloma Simões:

Uma vez atingido o sucesso desses dispositivos no controle da contenção da pandemia, não se torna impossível o seu uso e êxito no controle futuro da cidadania, na utilização dessas medidas excepcionais para o impedimento de mobilizações e reivindicações sociais, ampliação de medidas de segurança para, cada vez mais, realizar o controle dos corpos e relativizar o exercício das liberdades individuais, tudo em nome da garantia de segurança à vida da população. (SIMÕES; VERBICARO. 2020)

Como será observado de modo mais detalhado na análise das declarações agambenianas sobre a pandemia, a atenção do filósofo quanto às medidas excepcionais tomadas durante a pandemia do coronavírus objetiva evidenciar os dispositivos estatais estruturam e reforçam um sistema capitalista que precariza a vida, tornando-a descartável, situação que já existia e continuará a existir mesmo findado o período pandêmico (RODRIGUES *et al.*, 2020).

Agamben, como veremos em suas declarações, compartilha e expande a concepção foucaultiana ao definir a pandemia do coronavírus como a evidenciação máxima do aspecto biopolítico do poder estatal, uma vez que, as instituições estatais passam a tomar medidas que invadem cada vez mais a esfera privada dos indivíduos em nome da segurança.

As declarações de Agamben sobre a pandemia do coronavírus: a biossegurança como paradigma de governo

Logo em sua primeira declaração, Agamben⁵, em meio a dados conflitantes acerca da existência ou não de uma ainda epidemia causada pelo coronavírus, sustenta que a suspensão do funcionamento normal das condições de vida e trabalho revela a crescente tendência de usar o estado de exceção como paradigma normal de governo, tese já sustentada por ele, inclusive em uma de suas obras mais famosas, qual seja, estado de exceção (2004). Por razões de higiene e segurança pública, o estado de exceção passa a ser rapidamente estendido a todos os cantos do mundo. Para Agamben, uma vez esgotado o terrorismo como motivador de medidas excepcionais, um vírus configurar-se-ia como o pretexto ideal para ampliar tais medidas sem quaisquer limites (AGAMBEN, 2020a).

Ainda sobre o terrorismo, Agamben⁶ visualiza que as medidas tomadas pelo governo italiano transformam cada indivíduo em um contaminador em potencial, assim como as leis antiterrorismo consideram, de fato e de direito, cada cidadão um terrorista em potencial. O resultado disso é o que Agamben chama de “sociedade pandêmica”, uma sociedade que não tem valor outro a não ser a sobrevivência (AGAMBEN, 2020b).

Outro fator considerado pelo filósofo é o estado de medo difundido nas consciências dos indivíduos, acarretando em uma perversa situação: a limitação da liberdade imposta por parte dos governos é aceita pela população em nome de um desejo de segurança. Desse modo, ao aparentemente atender aos desejos da população, os governos efetivam, para Agamben, a sua soberania por meio da exceção, situação mais visível agora no contexto da pandemia (AGAMBEN, 2020a).

O principal problema para Agamben, e que ele nos alerta, é com essa situação de emergência, uma vez que as pessoas parecem não perceber que suas vidas foram reduzidas a uma condição puramente biológica, perdendo assim qualquer dimensão social, política, humana e afetiva. Para Agamben, uma sociedade marcada pela emergência sacrificou a sua liberdade em nome das razões de segurança e, por isso, está fadada a viver em um constante estado de medo e insegurança (AGAMBEN, 2020c).

⁵ Intitulada *A invenção de uma epidemia* (original: *L'invenzione di un'epidemia*), a primeira declaração de Agamben acerca do coronavírus foi feita em 26 de fevereiro de 2020. Baseando-se nos dados do Conselho Nacional de Pesquisa italiano (CNR) que negavam uma epidemia do novo coronavírus na Itália e que estimavam que apenas 4% dos pacientes precisariam de hospitalização em terapia intensiva, o filósofo define as medidas de emergência contra o coronavírus como “frenéticas, irracionais e totalmente imotivadas” (AGAMBEN, 2020a).

⁶ Título original *Contagio*, publicada em 13 de março de 2020. As medidas mais rígidas por parte do governo italiano são comentadas por Agamben no mesmo dia em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) muda o status da COVID-19 de epidemia para pandemia, considerando os níveis alarmantes de propagação da doença.

Agamben sustenta que esse medo vai para além do indivíduo, possuindo, especialmente em um contexto de emergência, repercussões políticas, de modo que o objeto desse “medo político” é algo do qual não se pôde escapar mesmo após com a constituição do corpo social. A frustração por essa situação mostra as duas principais consequências políticas do medo: o desamparo, que consiste na impotência diante da coisa temível e a insegurança, definida pela certeza, por parte do indivíduo, de que o assustador não pode ser eliminado (AGAMBEN, 2020f).

Esse fenômeno é visto na luta contra o COVID-19. Com a pandemia, aqueles que temem o vírus tentam de todas as formas se proteger do contágio, mas esse processo, em vez de tranquilizá-los, revela o desamparo pela impotência na luta contra o vírus, ao mesmo tempo em que as declarações dos profissionais da saúde fomentam a vigilância constante e a sensação de permanente insegurança quanto ao vírus (AGAMBEN, 2020f).

Nesses termos, Agamben defende que, considerando o teor das medidas governamentais, a associação do vírus a uma guerra é perfeitamente possível, com a ressalva de que, desta vez, a guerra é contra um inimigo invisível que pode estar em qualquer outro homem, fazendo desta “a mais absurda das guerras”. O filósofo sustenta que esta guerra seria, em essência, uma guerra civil em que o inimigo não está fora, mas dentro de nós (AGAMBEN, 2020c).

Juntos na dimensão política do medo, o desamparo e a insegurança têm como principal consequência o uso do medo do contágio como base para “transformar a emergência em norma estável”, colocando os indivíduos como entes passivos frente a medidas que atacam diretamente a sua liberdade (AGAMBEN, 2020h).

Em suma, a principal preocupação levantada por Agamben em suas declarações supracitadas é que a pandemia acabou por revelar e potencializar o modo como governos, instituições e a própria população naturalizam a gestão da vida em nome da sobrevivência. Suas análises buscavam questionar se o contexto pandêmico não poderia acentuar o declínio da democracia em prol da adoção de formas totalitárias de governo que tem como base um conceito meramente biológico de vida, definição essa vista pelo autor já como um “conceito político secularizado” (AGAMBEN, 2017, p. 236).

Agamben, sustenta que a política e a economia, para um governo efetivo, passaram a incorporar o paradigma da biossegurança, este que sacrifica todas as outras exigências políticas, sociais e individuais. Com a perda das relações sensíveis, o filósofo questiona se

essa sociedade, que sacrificou tudo em prol de “uma segurança de saúde abstrata e fictícia em sua totalidade”, ainda pode ser considerada uma sociedade humana (AGAMBEN, 2020f).

A medicina, nesse contexto, possui sua relevância. Bem antes do atual cenário pandêmico e de Agamben (2020f) falar sobre a medicina como religião de nosso tempo, Foucault já alertava sobre as influências científicas sobre a população, como forma de controle e regulamentação. Trata-se, para o autor, de um saber-poder que possui efeitos disciplinares e regulamentadores uma vez que incide sobre o organismo e sobre os processos biológicos (FOUCAULT, 2005, p. 302).

Destarte, considerando o risco à vida trazido pela pandemia, estaríamos dispostos, para sobrevivermos, a fazer concessões à nossa própria liberdade, demonstrando a renúncia de limites ético-políticos face ao risco da doença. Em nome da nossa biossegurança, usando termos discutidos nas declarações agambenianas, deixaríamos de lado a vida qualificada, a *bíos*, em prol da manutenção da mera vida, *zoé*, permitindo o rompimento do limiar que separa a humanidade da barbárie; que separa a vida da mera sobrevivência.

Nesses termos, Agamben alerta para a incapacidade de observação dos dispositivos de exceção implementados na Itália e em outros países para além do contexto imediato em que eles parecem operar, sendo raras as vezes em que esses dispositivos foram analisados como reflexo de um contexto mais amplo, “no qual está em jogo um novo paradigma de governo dos seres humanos e das coisas” (AGAMBEN, 2020g).

Nesse sentido, Agamben nos alerta que a principal herança da pandemia é a biossegurança como elemento permanente das estratégias políticas estatais e internacionais. Em síntese, a biossegurança pode ser definida com base em três fatores fundamentais: a) construção de um cenário fictício com base no risco possível; b) adoção da lógica do pior como regime de racionalidade política; c) a organização do corpo integral do corpo dos cidadãos, como forma de fortalecer ao máximo a adesão às instituições governamentais, tornando o cidadão não mais detentor do direito à saúde, mas juridicamente obrigado a ela (AGAMBEN, 2020g).

Desse modo, as razões de segurança permitiram que os cidadãos aceitassem limitações às suas liberdades que antes não estariam dispostos a fazê-lo, de modo que a ascensão da biossegurança se mostra capaz de “apresentar a absoluta cessação de toda atividade política e de toda relação social como a forma máxima de participação cívica”, reduzindo essa cidadania a algo que Agamben já havia diagnosticado anos antes: a “um estatuto jurídico e ao

exercício de um direito de voto cada vez mais parecido com uma pesquisa de opinião” (AGAMBEN, 2014, 2020g).

Agamben, por fim, sustenta que a política e a economia, para um governo efetivo, devem agora incorporar o paradigma da biossegurança, este que sacrifica todas as outras exigências sejam elas democráticas, sociais ou humanas. Com a perda das relações sensíveis, o filósofo questiona se essa sociedade, que sacrificou tudo em prol de “uma segurança de saúde abstrata e fictícia em sua totalidade”, ainda pode ser considerada uma sociedade humana. (AGAMBEN, 2020f).

As preocupações de Agamben giram em torno, então, da despolitização ocasionada pelas medidas de exceção adotadas no período pandêmico. Para o filósofo, o isolamento social, visto como principal forma de combate à disseminação do vírus, significa também uma forma mais fácil de obter controle sobre a vida dos indivíduos. A partir dos dispositivos de controle, é possível identificar possíveis fontes de contágio, de aglomerações não mais permitidas; é possível identificar o passo a passo do indivíduo que vive agora, aos olhos do filósofo, em constante vigilância, quase que numa verdadeira prisão que o impede de exercer, inclusive, sua vida política.

Conforme Agamben (2020d), não é preciso, então, inventar uma situação de exceção, como a pandemia do coronavírus, basta que se aproveite dela e trabalhe com a lógica do medo e do terror para que os cidadãos, voluntariamente, abram mão de sua vida qualificada, isto é, que se reduzam à vida nua, pois essa é a única forma de integrar a política. Agamben, portanto, visualiza na pandemia como o limiar entre a politização e a despolitização: despolitização da cidadania, quando abrimos mão de nossas liberdades e exercícios cívicos em razão do medo e em nome da segurança; e a politização pela inserção na política com a redução da vida a vida nua, isto é, através da exposição à morte.

O que é o contemporâneo? Entre a luz, a escuridão e a importância da atividade do filósofo

No texto “Agamben sendo Agamben: por que não?”, esclarece-se que Agamben, ao criticar os discursos que defendem o prolongamento - lido pelo filósofo como o caráter de permanência - das medidas de isolamento social, visualiza um paradigma de exceção que visa condicionar os corpos a um contato em meio virtual, realidade que mantém e acentua desigualdades (RODRIGUES *et al*, 2020).

Evidencia-se na filosofia agambeniana, na construção do paradigma da biossegurança e em suas declarações sobre a pandemia o potencial crítico sobre “como as democracias capitalistas operam sua radical eliminação dos excluídos”, demonstrando que o isolamento feito por grande parte das pessoas só foi possibilitado pelo sacrifício de outros que não possuem quaisquer perspectivas de isolamento, mostrando a diferença entre as pessoas que estão incluídas no corpo social e aquelas que, mesmo antes da pandemia, estavam incluídas por sua exclusão, ou seja, eram intencionalmente ignoradas pelas políticas governamentais (RODRIGUES *et al.*, 2020).

Agamben aponta para a grave responsabilidade dos estados nacionais em dismantelar os seus respectivos serviços sanitários como forma de criticar os sistemas públicos de saúde de vários países, que, sucateados, seriam incapazes de atender toda a demanda gerada pela pandemia. Para o filósofo, esse processo de “precarização do público” permitiria ao governo retirar a responsabilidade pelo cuidado de si e transferi-la ao indivíduo, dado ao fato de que o serviço ainda existe, mesmo que de péssima qualidade (AGAMBEN, 2020e).

Consequentemente, atribuindo a cada um dos indivíduos a sua recuperação individual e também a superação em âmbitos sanitário e político da crise causada pela pandemia em um sistema que atinge o político e o social e que converte toda pessoa em capital humano de si mesma e do estado-nação, a lógica neoliberal continua a ser efetivada mesmo em um momento de crise marcado pela exposição máxima à morte (BROWN, 2018, p. 6).

O que deseja Agamben demonstrar, por essa linha, é que a pandemia torna ainda mais evidente essa lógica neoliberal - como a do contexto brasileiro - em que a administração, a *oikonomía* se torna o paradigma de governo da vida, uma vez que o indivíduo luta constantemente pela sobrevivência de sua mera vida, de modo que corre o risco de ser insolúvel para o futuro próximo, as liberdades políticas em nome da sobrevivência da vida, contra a ameaça do coronavírus, como aponta Ricardo Evandro S. Martins (2020).

Ao questionar as medidas sanitárias aparentemente inquestionáveis, Agamben assume a complexa tarefa filosófica de questionar o presente de modo a estabelecer parâmetros de leitura para um contexto tão nebuloso tal qual o da pandemia sem que essa análise leve à conclusão de que o pensar deve ser paralisado, de que a pandemia deve primeiro encerrar para que se possa ter um olhar filosófico sobre ela. Nessa perspectiva, a análise do filósofo, ao olhar o contemporâneo, primeiro deve ser capaz de definir o que de fato é contemporâneo.

Essa tarefa já foi objeto de apreciação pela filosofia agambeniana dez anos antes do primeiro caso de coronavírus, quando Agamben elaborou o ensaio *O que é o contemporâneo?*

(2009). Para este filósofo, a definição de algo enquanto contemporâneo parte inicialmente da capacidade desse algo (que pode ser uma pessoa ou um acontecimento, tal qual a pandemia) de percepção e apreensão das coisas do seu tempo (AGAMBEN, 2009, p. 58). Entretanto, Agamben sustenta que essa apreensão da contemporaneidade só é possível quando o algo não se enquadra perfeitamente com as pretensões do presente, mantendo com o tempo uma relação de incompatibilidade, sendo, de certa forma, inatural.

Nesse sentido, apenas quando se mantém uma relação crítica com o tempo em que se vive, é que a contemporaneidade é percebida por completo. É com essa percepção que o algo pode se localizar no tempo, reconhecendo suas distinções, mas também sua própria contemporaneidade, de modo que o algo percebe que, por mais distinto que seja, não há como escapar de seu próprio tempo.

Para Agamben, “contemporâneo é aquele que mantém o olhar fixo sobre o seu tempo, para ele perceber não as luzes, mas o escuro”. Desse modo, uma obra, para relacionar-se com um tempo em específico, não deve se limitar a possuir semelhanças com a realidade, mas sim a relacionar-se com ela de modo a levar o observador a compreender não “as luzes” resultantes da mescla, entre passado, presente e aspirações futuras, mas sim “o escuro”, aquele pequeno espaço que a luz não toca, que torna o presente totalmente diferente de qualquer outra era já vivida. Destaca-se que luz e escuridão aqui não são opostos, mas complementares, uma vez que os dois compõem a nossa própria compreensão de tempo, uma vez que o tempo pode ser o contínuo (luz), mas também um ponto específico (escuridão) (AGAMBEN, 2009, p. 62-66).

Ao aplicar a sua definição de contemporâneo para ler a pandemia, Agamben sustenta que, tal qual foi observado nas discontinuidades e mudanças de paradigma que desvinculam as transformações científicas da ideia de evolução, as formulações feitas pelas medidas sanitárias tomadas pelo governo não devem ser recebidas de modo acrítico, pois a ciência que embasa essas medidas não é capaz de observar o seu próprio ponto cego, que consiste no tempo no qual está inserida, assim como as suas implicações e discontinuidades futuras (RODRIGUES, *et al*, 2020).

Desse modo, cabe à filosofia, enquanto atividade reflexiva, abrir espaço a um pensamento crítico capaz de pensar as medidas tomadas durante a pandemia e a política como um todo para além do estado de medo, do paradigma da biossegurança, analisando o presente para além da luz da continuidade histórica. Percebendo o obscuro que marca o contemporâneo, abrem-se novas possibilidades políticas de um futuro para além da exceção.

Assim, as críticas feitas às medidas de isolamento social não possuem o condão de colocar Agamben como oposto a elas, mas sim o objetivo de levar a humanidade a um pensar para além da sobrevivência da vida nua, refletindo sobre as implicações da pandemia nos humanos enquanto comunidade de seres de vida qualificada.

Considerações finais

A partir da análise das declarações de Agamben acerca da pandemia do novo coronavírus, nota-se que a preocupação do filósofo é a de que medidas de exceção sejam utilizadas mesmo após o contexto pandêmico. Isso porque, para o filósofo, a pandemia demonstra que o estado de exceção se tornou o paradigma normal de governo. De acordo com sua teoria, por meio da exceção, é possível a eliminação de adversários políticos e de cidadãos não integrantes, por motivos diversos, do sistema político, razão pela qual a decretação voluntária de estado de exceção tornou-se essencial nos Estados contemporâneos, até mesmo nos democráticos (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Mesmo que numa rápida leitura de seus artigos sobre a pandemia do COVID-19, é possível identificar traços de sua teoria, sobretudo temas desenvolvidos em seu projeto *Homo Sacer*. Agamben, em seus mais recentes textos, apresenta traços de anos de sua pesquisa, mas justamente para fundamentar que não há nada de novo nas repercussões políticas do contexto pandêmico.

Pelo contrário, como bom leitor de Michel Foucault, Agamben já trabalhava com a ideia de pandemia em seus escritos, ainda que tangencialmente. Sua preocupação acerca dos dispositivos e a chamada “razão de segurança” eram objeto de seus escritos. Suas declarações sobre a pandemia do coronavírus e seu alerta sobre um paradigma - que não é exatamente novo, mas que certamente se encontra em evidência no atual contexto - qual seja, a biossegurança, se trata de evidenciar e nos tornar vigilantes sobre perigos nada utópicos que ele tanto falou em suas obras, artigos, palestras e entrevistas anteriores ao coronavírus. Nesse artigo, foram citados alguns deles.

A obra agambeniana é capaz de desnaturalizar os discursos do poder que implementam medidas que se utilizam de uma aliança entre medo e ciência na tentativa de tornarem-se inquestionáveis. Nesse processo filosófico, por mais que não se possa negar que a biossegurança, as decisões políticas pautadas em medidas sanitárias, inaugure um novo paradigma de governo, é possível evidenciar que, simultaneamente, tal paradigma também reforça políticas neoliberais típicas da democracia capitalista que pauta as relações políticas, sociais e humanas há várias décadas.

Ao escrever sobre o supostamente impensado coronavírus antes mesmo do mundo visualizá-lo como uma pandemia, Agamben busca gerar inquietação quanto a qual tipo de vida deve ser preservada, a vida nua ou a politicamente qualificada, se é que em tempos neoliberais é possível distingui-las. A tarefa ímpar realizada por Agamben e tantos outros filósofos e filósofas nesses últimos meses consiste no desafio de olhar para o contemporâneo, não assimilando-o, mas mantendo com ele uma relação de dissociação que possibilita, mesmo em tempos marcados pelo medo, a essencial tarefa do olhar crítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad: Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. Metropolis. *Cultura e Barbárie*, 11 nov. 2006. Disponível em: <<http://culturaebarbarie.org/sopro/verbetes/metropolis.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2020
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Editora Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. Como a obsessão por segurança muda a democracia. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 06 jan. 2014. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/como-a-obsessao-por-seguranca-muda-a-democracia/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- AGAMBEN, Giorgio. *O uso dos corpos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- AGAMBEN, Giorgio. *Signatura Rerum: sobre o método*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- AGAMBEN, Giorgio. Contagio. *Quodlibet*, 13 mar. 2020b. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-contagio>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- AGAMBEN, Giorgio. L'invenzione di un'epidemia. *Quodlibet*, 22 fev. 2020a. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- AGAMBEN, Giorgio. Chiarimenti. *Quodlibet*, 17 mar. 2020c. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-chiarimenti>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- AGAMBEN, Giorgio. L'épidémie montre clairement que l'état d'exception est devenu la condition normale. *Le Monde*, 24 mar. 2020d. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/03/24/giorgio-agamben-l-epidemie-montre-clairement-que-l-etat-d-exception-est-devenu-la-condition-normale_6034245_3232.html>. Acesso em: 02 jul. 2020
- AGAMBEN, Giorgio. Nuove Riflessioni. *Quodlibet*, 2. abr. 2020e. Disponível em: <<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-nuove-riflessioni>>. Acesso em: 29 out. 2020

AGAMBEN, Giorgio. La medicina come religione. *Quodlibet*, 2 mai. 2020f. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-la-medicina-come-religione>. Acesso em 30 de jun. 2020.

AGAMBEN, Giorgio. Biosicurezza e politica. *Quodlibet*, 11 mai. 2020g. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-biosicurezza>. Acesso em: 30 jun. 2020.

AGAMBEN, Giorgio. Che cos'è la paura? *Quodlibet*, 13 jul. 2020h. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-che-cos-u2019-a-paura>. Acesso em: 19 jul. 2020

BROWN, Wendy. *Cidadania Sacrificial: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GILBERT, David. Como 30 regimes políticos usam o coronavírus para oprimir seus cidadãos. *Vice*, 13 abr de 2020. Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/dygbxk/como-30-regimes-politicos-usam-o-coronavirus-para-oprimir-seus-cidadaos>>. Acesso em: 24 out. 2020.

MARTINS, Ricardo Evandro Santos. Ainda Agamben. *A Terra é Redonda*, 02 set. 2020b. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/ainda-agamben/>>. Acesso em: 29 out. 2020

RODRIGUES, Carla, *et al.* Agamben sendo Agamben: por que não? *Blog da Boitempo*, 16. mai. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/16/agamben-sendo-agamben-por-que-nao/>>. Acesso em: 29 out. 2020

SIMÕES, Paloma Sá Souza; VERBICARO, Loiane Prado. Os dispositivos biopolíticos e os paradoxos das incertezas futuras. *Rede Brasileira de Mulheres Filósofas*, 15 abr. 2020 Disponível em: <<https://www.filosofas.org/forum/filosofas-em-quarentena/os-dispositivos-biopoliticos-e-o-paradoxo-das-in-certezas-futuras>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

Artigo recebido em: 29/10/20

Artigo aprovado em: 05/12/20